

Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 2 a 9 de setembro de 2025 | Edição 421 | Ano XII | R\$ 3,00

DEP. LUCIANO ALVES TEM COMO ASSESSOR UM CRIMINOSO COM MANDADO DE PRISÃO EXPEDIDO



■ **"Diga-me com quem andas, que eu te direi quem és". Se um deputado escolhe andar com criminosos, não pode reclamar de ser associado a eles. E não se trata de exagero ou de perseguição: trata-se de responsabilidade objetiva. Um assessor com mandado de prisão não é "detalhe". É um escândalo que põe em xeque o próprio compromisso do parlamentar com a moralidade pública.**

PRETO NO BRANCO

O DIPLOMA E O JUIZ

Leandro Pinto jurava de pés juntos que estava sendo perseguido. Pediu até pro juiz invalidar a investigação da Câmara sobre seu diploma comprovadamente falso. O juiz respondeu seco: perseguição sem prova não cola, exoneração não apaga passado e, se tem falha, não teve prejuízo real. Resumindo: não é porque pediu pra sair que fica livre de explicar o que fez dentro. O detalhe curioso? Quem defende Leandro é justamente o escritório da secretária de administração. Coincidência... ou sintonia fina de bastidores?

O ACORDO SILENCIOSO

Corre nos corredores que o presidente da Câmara, Paulo De Brito, teria fechado um pacto de silêncio com João Zisman, secretário de Comunicação, para proteger Leandro Pinto. O motivo? Leandro teria gravações que poderiam implodir o governo. Agora é esperar: Paulo vai engavetar o relatório da comissão ou vai ouvir a própria Câmara e seguir a técnica? Em Foz, às vezes o silêncio diz mais do que qualquer discurso.

A ESPUMA DO SECRETÁRIO

O secretário de Comunicação resolveu filosofar numa coluna nacional: protestos semanais seriam "só espuma". Bonito no papel. Poético até. Mas espuma pra quem? Pra quem enfrenta buraco na rua, falta de atendimento nos postos de saúde, escolas sem estrutura e promessas esquecidas na gaveta? Chamar indignação de espuma é brincar de cronista existencial quando se deveria ser gestor de comunicação. O detalhe é simples: se tem espuma, é porque a água já ferveu. E quando o povo faz barulho, não é por hobby, é por cansaço.

PROMETEUS!

Em Foz do Iguaçu, prometer virou esporte. A cada eleição, o roteiro se repete: discursos inflamados, promessas de cidade modelo, soluções mágicas. O filme é sempre o mesmo, só mudam os atores no palco.

É isso. Em Foz, prometem tanto que o verbo virou apelido. O problema é que, depois do cinema, a vida real continua com buracos nas ruas, saúde capenga e escola sem estrutura. No fim, a plateia não quer mais promessa: quer ação.



A "PERERECA" DA OBRA

Um vídeo da secretária de Obras, Thaís Escobar, viralizou: ela em posição de rã em cima de um telhado. Virou meme, claro. Um lado riu. Outro lado gritou "machismo!". Chamaram de perereca e o debate virou guerra ideológica. O escândalo não é a posição de Thaís. É a posição da cidade, parada esperando obra que não vem.

ELEITOR COMEÇOU A COBRAR A CONTA

A segurança pública em nossa cidade realmente está na UTI... Gestão pública falida em 8 meses... Seria importante o MILICO se explicar...

SEGURANÇA PÚBLICA

Como tem ladrão nesses últimos dias. Eu sei, todo mundo sabe, muitos assaltos roubos e furtos... se nós soubermos acho que os órgãos de segurança também sabem e sabem por que então não montam uma força tarefa e aproveita esse helicóptero que tá gastando combustível...

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel
Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Um governo militar e a deserção ao poder público

O "general prefeito" deveria estar à frente de uma tropa organizada, mas o que se vê é um comando perdido em meio às trincheiras da burocracia e da ineficiência

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A eleição de Joaquim Silva e Luna para a prefeitura de Foz do Iguaçu carregava em si uma simbologia que falava diretamente à expectativa popular. General de reserva, com currículo respeitado nas Forças Armadas, ele representava a promessa de uma gestão disciplinada, austera e firme, tal qual se imaginava de um comandante acostumado a missões complexas. Entretanto, a prática revelou o oposto: ao invés da tão propalada austeridade, a administração municipal transformou-se em um cenário de deserção generalizada, onde cada secretário parece ter abandonado seu posto, deixando a cidade entregue ao imprevisto e à paralisia.

A metáfora militar que embalou a campanha virou ironia. O "general prefeito" deveria estar à frente de uma tropa organizada, mas o que se vê é um comando perdido em meio às trincheiras da burocracia e da ineficiência.

Secretarias que deveriam ser quartéis ativos parecem mais acampamentos desertos, com oficiais ausentes e subordinados sem direção. O resultado é um governo que, em vez de avançar, recua todos os dias diante dos problemas mais básicos da cidade.

Na habitação, o abandono é claro: famílias aguardam regularização fundiária, enquanto despejos e insegurança ju-



rídica se multiplicam. Já na Secretaria de Obras, a guerra contra os buracos foi perdida há muito tempo. As ruas viraram verdadeiras crateras, capazes de engolir promessas eleitorais e de transformar qualquer trajeto em teste de resistência. Nem mesmo o lendário caminhão 6x6, exaltado na campanha do vereador Ranieri, teria coragem de enfrentar as vias esburacadas sem risco de atolar, uma verdadeira metáfora perfeita para a paralisia da gestão.

Segurança Pública

A área de segurança, que deveria ser o grande trunfo do militarismo na prefeitura, também revela o mesmo padrão

de ineficiência. O secretário é um almirante, Paulo Tinoco, com formação invejável, condecorações nacionais e internacionais, títulos acadêmicos e experiência estratégica. No papel, um perfil que impressiona. Na prática, um fiasco. O currículo recheado não é capaz de garantir sequer a manutenção de garantias obrigatórias das viaturas da Guarda Municipal recebidas pelo Governo Federal.

É como um submarino de guerra que, sem manutenção adequada, afunda lentamente até desaparecer no fundo de um oceano burocrático. Toda a disciplina, toda a teoria, toda a pompa das condecorações tornam-se irrelevantes quando

confrontadas com a incapacidade de solucionar problemas concretos e cotidianos da cidade.

O resultado é que Foz do Iguaçu vive sob um governo militar sem comando, onde os generais, almirantes e coronéis dos gabinetes mais parecem colecionadores de títulos do que gestores públicos comprometidos com resultados.

A austeridade virou discurso vazio. A disciplina, mera encenação. E a energia prometida na campanha dissolveu-se no marasmo de uma gestão que não consegue se impor nem mesmo diante das demandas mais elementares da população.

Em um campo de batalha, a deserção é considerada cri-

me gravíssimo, passível das punições mais duras. Na política, porém, ela se traduz em ruas abandonadas, serviços públicos estagnados e uma população deixada à própria sorte. O que se esperava de um comando firme transformou-se em um silêncio cúmplice, em um abandono progressivo da cidade.

Foz do Iguaçu merecia uma liderança capaz de unir estratégia e ação. O que recebeu foi um governo que vive de símbolos militares, mas que na prática se rendeu à burocracia e à ineficácia. A guerra pela boa gestão não está sendo perdida. Porque, ao que tudo indica, nunca chegou a ser de fato travada.

ASSESSOR CRIMINOSO

POLÍTICA

Dep. Luciano Alves tem como assessor um criminoso com Mandado de Prisão expedido

Deputado Luciano Alves e o peso das companhias que escolhe carregar

Da assessoria

Foto: Reprodução

Há ditados populares que resistem ao tempo justamente porque são simples e certos. "Diga-me com quem andas, que eu te direi quem és" talvez seja um dos mais antigos e, ao mesmo tempo, mais atuais quando falamos de política. Afinal, o entorno de um político costuma dizer muito mais sobre ele do que seus discursos em palanque ou suas notas oficiais. E é por isso que o caso do deputado federal Luciano Alves (PSD-PR), flagrado com um assessor parlamentar com mandado de prisão, merece uma reflexão profunda, e diga-se, indignada.

Dep. Luciano Alves e o assessor criminoso

Segundo o portal de Notícias HojePR, o parlamentar iguaçuense mantém em sua folha de pagamento, desde dezembro de 2024, Ângelo Felipe Rodrigues Mansano, nomeado como secretário parlamentar em seu gabinete, com salário de R\$ 3.947,00 incluído auxílios. Até aí, nada de incomum. A novidade é que esse assessor responde judicialmente por crimes de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais, algo que, por si só, já deveria desqualificá-lo de qualquer cargo público que envolva confiança, ética e responsabilidade social.

Outros fatos

■ **08/04/2020:** Uma viatura da PM foi acionada para atendimento de uma ocorrência de vias de fato. No local foi constatado que a ex-convivente de Ângelo Felipe Mansano tentava sair de casa com a mudança e ele o impedia. Com a intervenção da policial ela conseguiu sair com segurança.

■ **14/05/2022:** A ex-noiva de Ângelo Felipe Mansano o denunciou de que ele teria invadido sua residência, sendo que uma equipe da PM se fez presente para sanar o problema.

Mandado de Prisão

Para piorar, Ângelo Felipe Mansano teve no dia 10 de março de 2025, um Mandado de Prisão ativo, decretado pela Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Paraná por descumprimento voluntário de medidas cautelares.

Ou seja, não estamos falando de um detalhe burocrático ou de uma questão secundária. Estamos falando de um criminoso condenado e procurado pela Justiça, atuando como assessor parlamentar de um deputado federal, com acesso a informações, agendas, eleitores e decisões políticas.

A nomeação que nunca deveria ter acontecido

Antes mesmo da nomeação, já havia sinais de que Ângelo Felipe Mansano não

		Tribunal de Justiça do Estado do Paraná CURITIBA - VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS, MEDIDAS ALTERNATIVAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS e-mail: CTBA-73VJ-S@tjpr.jus.br telefone: Não informado	
MANDADO DE PRISÃO			
SUSPENSÃO DE REGIME			
Nº do Mandado: 4001134-71.2024.8.16.4321.01.0001-01			
Data de validade: 05/03/2027			
Nome da Pessoa: ANGELO FELIPPE RODRIGUES MANSANO		CPF: 099.324.429-76	
	Nome Social: Não Informado	Filiação: ROSANGELA RODRIGUES MANSANO(mãe) e EDNEI ROBERTO ROSINA MANSANO(pai)	
	RJI: 256223168-50		
	Alcunha: NÃO INFORMADO		
	Data de Nascimento: 08/02/1996		
	Sexo: Masculino		
	Cor: Não Informada	Marcas e sinais:	
RG: 133763252 - SSP			
Identificação biométrica: Biometria não coletada			
Endereços Rua Coronel Alfredo Ferreira da Costa, Jardim das Américas, 171, , CEP 81.540-090, Monsenhor Tabosa - PR			
Informações Processuais: Nº do processo: 4001134-71.2024.8.16.4321 Órgão Judicial: CURITIBA - VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS, MEDIDAS ALTERNATIVAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS - TJPR Espécie de prisão: Suspensão de regime Tipificação Penal: Lei: 9605 Artigo: 32 Pena restante: 0 ano(s) 0 mês(es) 0 dia(s). Regime Prisional: Aberto			
Teor do Documento: O(a) Magistrado(a) subscritor do presente Mandado de Prisão determina ao oficial de justiça da sua jurisdição ou a qualquer Autoridade Policial competente e seus agentes, a quem este for apresentado ou dele tomar conhecimento, que PRENDA e RECOLHA, em alguma unidade prisional, à ordem e à disposição do juízo expedidor, a pessoa acima indicada e qualificada.			
Síntese da decisão: Diante do descumprimento voluntário e da necessidade de apuração de falta grave ou revogação do livramento condicional, determino a conversão cautelar das penas restritivas de direitos em privativa de liberdade com suspensão cautelar para apuração de falta grave. Atualize-se o relatório da situação processual executória e expeça-se mandado de prisão, observado o prazo prescricional.			

preenchia os requisitos básicos para ocupar o cargo. Desde março de 2024, ele figurava em ações na Justiça. E a Câmara dos Deputados exige, em tese, que os nomeados declarem não responder a processos judiciais. Então, como explicar que, nove meses depois, ele tenha sido admitido normalmente, com

chancela do Departamento de Pessoal da Câmara?

De que é a falha?

O que falhou? A checagem da Câmara, a sinceridade do assessor ou a boa-fé do deputado que o indicou? Qualquer uma das respostas é assustadora. Se houve falha na

fiscalização, estamos diante de um sistema frouxo, incapaz de evitar que criminosos ocupem cargos sensíveis. Se houve falsidade documental, temos um caso de má-fé direta do assessor. E se o deputado sabia e, ainda assim, manteve a nomeação, aí estamos falando de cumplicidade moral e política.

O peso da função de um assessor parlamentar

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Não se trata de um cargo simbólico ou burocrático. Um assessor parlamentar não é um "quebra-galho" qualquer. Pelo contrário: é alguém que ajuda a elaborar projetos de lei, gerencia a agenda do parlamentar, organiza atendimento a eleitores e representa o deputado em diferentes instâncias.

Em outras palavras: Ângelo Felipe Mansano não era apenas um nome na folha de pagamento. Era um braço direito de Luciano Alves, alguém autorizado a falar em seu nome, a construir sua imagem e a orientar decisões políticas. Quando um assessor criminoso ocupa esse espaço, ele carrega consigo não só seu passado judicial, mas também a suspeita de que a ética foi abandonada dentro do gabinete.

E aqui o ditado popular cai como uma luva: "diga-me com quem andas...". Se Luciano Alves escolhe, entre tantos profissionais qualificados, justamente alguém com ficha suja e mandado de prisão, o que isso diz sobre seus critérios de confiança e sobre o ambiente político que deseja cultivar?

A desculpa da burocracia

A Câmara dos Deputados, quando questionada, respondeu com a ladainha habitual: que há exigência de certidões cartorárias, que eventualmente se faz uma busca na internet, que o parecer jurídico analisa as informações apresentadas. Traduzindo: jogaram a responsabilidade no labirinto da burocracia.

Só que a desculpa não cola. Estamos em 2025, em plena era digital, quando qual-



quer cidadão pode acessar processos públicos em segundos. Se a Câmara realmente tivesse interesse em barrar nomeações questionáveis, um clique no sistema judiciário bastaria. Mas não: preferiram aceitar documentos assinados e pareceres frios, ignorando que a realidade já gritava desde 2024 que Angelo Felipe Mansano não era nome apropriado para cargo público.

E mais: três meses depois da posse, veio o mandado de prisão. Isso não cai como uma surpresa do destino. Isso é o resultado previsível de uma aposta irresponsável.

O simbolismo político

A presença de um assessor criminoso em um gabinete parlamentar não é apenas um problema administrativo. É um escândalo simbólico. Significa que a política, em vez de servir de exemplo, abre espaço para que criminosos participem diretamente da vida pública.

Em um país onde a descrença na classe política já é profunda, episódios como

esse apenas reforçam a percepção de que Brasília virou território livre para gente sem escrúpulos. E pior: que deputados não se importam com a ficha de seus aliados, desde que cumpram funções de confiança.

Ao ter um assessor com mandado de prisão, o deputado Luciano Alves se compromete, mesmo que indiretamente, com esse histórico. Afinal, se alguém auxilia na construção de leis e estratégias políticas, esse alguém deixa impressões digitais no trabalho parlamentar.

O eleitor no papel de bobo

Quem paga o salário de Ângelo Felipe Mansano não é o deputado, não é a Câmara, é o contribuinte. Ou seja: o povo que acorda cedo, paga impostos absurdos e sofre com serviços públicos precários é o mesmo que banca quase quatro mil reais mensais para sustentar o assessor foragido da Justiça.

Enquanto isso, a retórica em Brasília continua sendo a de combate à corrupção, mo-

ralidade pública e ética política. É a velha distância entre o discurso e a prática. No parlamento, fala-se em honestidade. No gabinete, contrata-se quem tem contas a acertar com a lei.

E o eleitor, mais uma vez, é colocado no papel de palhaço, obrigado a aplaudir uma encenação que já perdeu a graça há muito tempo.

A responsabilidade do deputado

É inevitável perguntar: o deputado Luciano Alves sabia da ficha corrida de seu assessor? Se sabia, agiu com dolo político. Se não sabia, demonstrou incompetência para verificar quem colocava dentro de seu gabinete.

Nas duas hipóteses, sai perdendo. O Deputado Luciano Alves se mostra cúmplice, ou se mostra negligente. Em qualquer um dos casos, o resultado é devastador para sua imagem pública. Porque quem se apresenta como representante legítimo do povo não pode conviver de forma tão íntima com alguém marcado pela Justiça.

O que esse episódio revela

No fim, o caso do assessor criminoso revela três coisas:

1. A fragilidade dos mecanismos de controle da Câmara, incapazes de barrar nomeações de pessoas com ficha suja.

2. A frouxidão ética de alguns parlamentares, que tratam cargos públicos como favores pessoais a amigos, aliados ou conhecidos, pouco importando o histórico deles.

3. A impotência do eleitor, que descobre os absurdos pela imprensa, mas só pode reagir de quatro em quatro anos e ainda assim correndo o risco de ser enganado de novo por discursos moralistas.

Diga-me com quem andas

O ditado popular resiste porque é verdadeiro. Se um deputado escolhe andar com criminosos, não pode reclamar de ser associado a eles. E não se trata de exagero ou de perseguição: trata-se de responsabilidade objetiva. Um assessor com mandado de prisão não é "detalhe". É um escândalo que põe em xeque o próprio compromisso do parlamentar com a moralidade pública.

O caso do Deputado Luciano Alves e Ângelo Felipe Mansano não é apenas uma mancha na política paranaense, é mais um lembrete de que o Brasil ainda luta contra velhas práticas: a política feita na base do compadrio, da confiança cega e da indiferença com a ética.

Enquanto isso, o povo segue pagando a conta. E o ditado ecoa mais forte do que nunca: "Diga-me com quem andas, que eu te direi quem és".

O General que prometeu tapar buracos e abriu crateras

A equipe de Chico Brasileiro teria alertado durante a transição sobre a necessidade de abrir imediatamente uma licitação para aquisição de CBUQ, já que o estoque se esgotaria antes de sua posse do general

Enrique Alliana - Jornalista

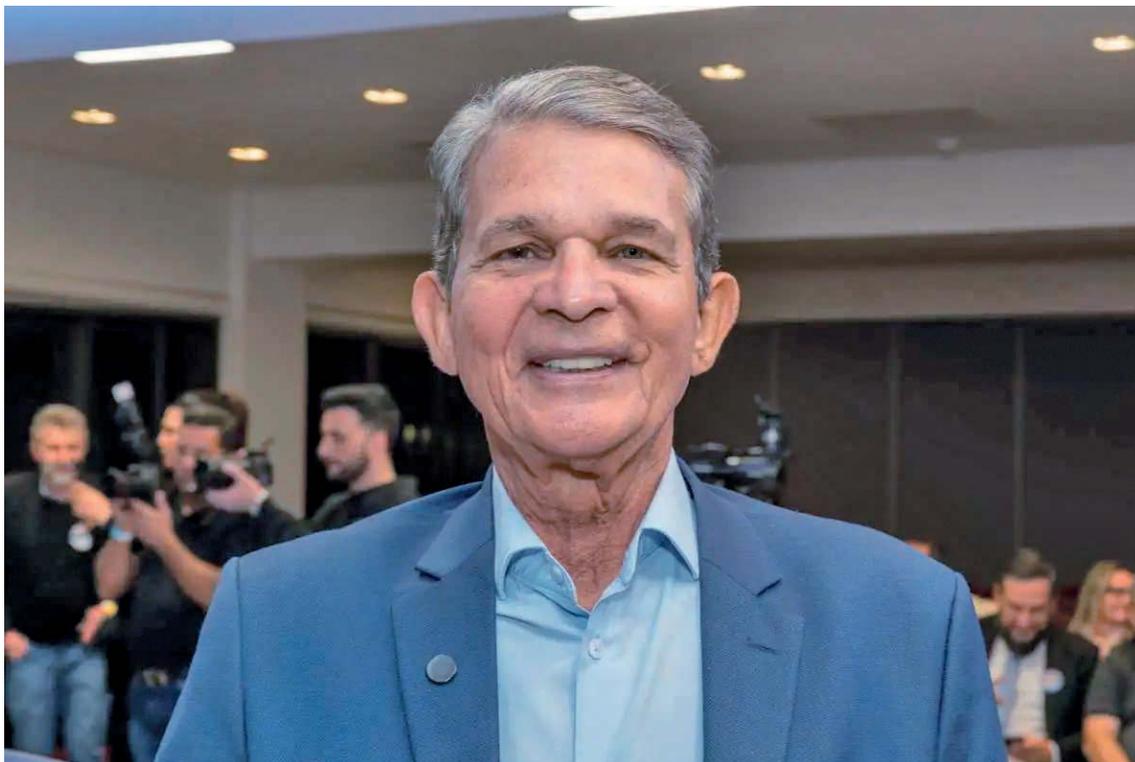
Foto: Reprodução

Foz do Iguaçu, 2025. Oito meses depois da posse, a cidade parece ter virado cenário de treinamento para pilotos de rali. No lugar de pistas asfaltadas, um verdadeiro parque temático de crateras. E tudo sob o comando do auto-proclamado "especialista em asfalto", general Joaquim Silva e Luna.

Durante a campanha, o general se vendia como a encarnação viva do manual de pavimentação. Falava com orgulho da sua "experiência" construindo estradas na Amazônia, como se isso o tornasse uma mistura de engenheiro da NASA com mestre de obras.

"especialista em asfalto"

A de que era um "especialista em asfalto". Em discursos inflamados, dizia ter passado parte da carreira militar cons-



Chico Brasileiro

Segundo o ex-prefeito Chico Brasileiro, logo após as eleições de 2024, houve uma conversa franca. Foi realizado reunião com equipe transição e a equipe técnica da Secretária de Obras entregou

truindo estradas na Amazônia e, portanto, sabia como ninguém resolver os problemas de pavimentação da cidade. Chegou a insinuar que os gestores anteriores eram amadores no assunto, e que ele tinha "a fórmula certa" para transformar o asfalto de Foz.

todos os contratos vigentes e os prazos de vencimentos. Foi alertado sobre o CBUQ que encerrava final do ano e teria que iniciar um novo processo licitatório para não ficar sem massa asfáltica que se aplica na manutenção das vias. Ocorre que a Secretária Thays

Escobar recebeu todas informações e não tomou providências.

O home era "Foda"

Ela falava em alto e bom som que ia revolucionar o asfalto com novas técnicas. Em uma entrevista no podcast Guarda Volume ela afirmou: "fui 1ª secretária indicada porque temos o que fazer para transformar essa cidade e que o chefe dela eleito era especialista em asfalto, que o home era "Foda".

A equipe de Chico Brasileiro ainda teria alertado sobre a necessidade de abrir imediatamente uma licitação para aquisição de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), já que o estoque se esgotaria antes de sua posse. Assim, o novo governo não ficaria de mãos atadas.

Confiante como um recruta

A resposta do general Joaquim Silva e Luna, confiante como um recruta que aprendeu geografia pelo Google Maps, foi a de quem tinha a guerra ganha e não precisava de CBUQ, pois possuía "outra forma" de gestão do asfalto. Afinal, ele era especialista.

Pois bem, o "jeito" dele foi o asfalto frio. Sim, aquele que qualquer pedestre já sabe que não dura nem até a próxima chuva. Resultado: buracos, remendos e remendos dos remendos. Oito meses de gambiarras no asfalto e a cidade virou um queijo suíço gigante.



Rua Otto Ernesto Gotllieb

Um cenário que mais lembra um campo minado

A retórica do "especialista em asfalto" desmorona quando, após oito meses de promessas e improvisos fracassados, a solução é recorrer ao método e que ele desdenhava

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

O resultado dessa "nova forma" é visível nas ruas, um cenário que mais lembra um campo minado do que vias urbanas. O general optou pelo asfalto frio, técnica esta conhecida por sua baixa durabilidade e eficácia limitada, expondo não apenas a fragilidade do método, mas a fragilidade do conhecimento técnico do próprio prefeito.

Oito meses se passaram e, finalmente, a licitação para o CBUQ foi realizada. Ironicamente, o mesmo material que o general criticava nas gestões anteriores voltou a ser a solução. Pior, os "erros" que ele apontava nos governos de Paulo Mac Donald, Reni Pereira e Chico Brasileiro revelaram-se, na verdade, acertos.

Era apenas um discurso

Com tudo isso, demonstra hoje uma confissão pública de



Rua Bartolomeu de Gusmão

que, no fim das contas, ele não tinha um plano melhor, apenas um discurso. Ou seja, chamou de volta o que funcionava descartando aquela que sabia fazer e que faria melhor.

A retórica do "especialista em asfalto" desmorona quando, após oito meses de promessas e improvisos fracassados, a solução é recorrer ao

método e que ele desdenhava. O cenário é tão constrangedor que surge a pergunta. E a atual secretária de Obras, Thaís Escobar, com todo o currículo acadêmico e "histórico consolidado", não teria percebido a ineficácia do asfalto frio antes? Ou seu conhecimento é apenas teórico, incapaz de resolver um proble-

ma elementar como um tapaburaco?

Dunning-Kruger: sabe pouco, acha que sabe muito

Talvez o problema seja mesmo psicológico. O general pode estar sofrendo de um caso clássico do efeito Dunning-Kruger: sabe pouco, acha que sabe muito, e se acha mais competente do que todos. Só que, no caso dele, o "especialista" não é só vítima, é também o autor do próprio enredo. Criou a lenda, acreditou nela e agora colhe o resultado de buracos no asfalto e na própria credibilidade.

O cidadão de Foz, que acreditou no discurso militar de eficiência, vê agora que a "estratégia" era improviso. A austeridade prometida virou remendo barato. Asfalto

quente voltou, o Paulinho do Asfalto voltou mas não voltou... Só quem não voltou foi a confiança no prefeito.

No fim, a população é quem paga a conta, literalmente a conta. Com seus impostos e seus veículos danificados por crateras. O que foi vendido como austeridade e eficiência transformou-se em improviso e retrocesso. E a imagem do general como especialista se dissolve na poeira das ruas esburacadas de Foz do Iguaçu.

"especialista de araque"

O "especialista de araque" prometeu tapar buracos, mas acabou abrindo muito mais. Não apenas no asfalto, mas na credibilidade de sua própria gestão. E nisso, convenhamos, ele é insuperável.



Rua Rui Barbosa

CRISE DA MORADIA IGNORADA

Presidente do Fozhabita foge de audiência e deixa população sem respostas

Audiência pública sobre despejos e moradias populares foi marcada pelo silêncio da principal autoridade responsável pela habitação em Foz do Iguaçu

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Uma audiência pública tem um papel fundamental na democracia: dar voz ao povo, abrir espaço para o debate e buscar soluções coletivas para problemas que afetam a sociedade. No entanto, em Foz do Iguaçu, esse instrumento de participação foi transformado em palco de frustração. O episódio da audiência convocada pela vereadora Valentina, voltada à questão da habitação e das recentes desocupações na cidade, não foi marcado por propostas ou encaminhamentos, mas sim por uma ausência. A ausência do presidente do FozHabita, Ivatan Reis, a autoridade máxima da autarquia municipal responsável justamente por aquilo que estava em debate, que é a moradia.

Virou as costas para a população

Não se trata apenas de um detalhe protocolar, mas de um gesto carregado de simbolismo. A fuga de uma audiência pública equivale a virar as costas para a população que sofre. Famílias inteiras, angustiadas pelo risco constante de despejo, pela falta de regularização fundiária e pelo abandono do poder público, compareceram para ouvir respostas. E o que receberam? Silêncio. Um silêncio que não resolve, não conforta e, pior, escancara a distância entre gestores bem remunerados e cidadãos que lutam diariamente pelo direito básico de ter onde morar.

"Eu estou indignada, por-

que temos o secretário do FozHabita que ganha quase R\$ 20 mil por mês e não está aqui para ouvir a população. Ele se acovardou. As perguntas e as falas hoje na audiência são para ele. Cadê ele para ouvir a população?", disse a vereadora Anice Gazzaoui.

O uso da palavra "acovardou"

Não é mero exagero retórico. Isso expressa a sensação de covardia política diante de um tema que exige coragem, clareza e responsabilidade. Afinal, como explicar que justamente o presidente da autarquia responsável pela habitação se recuse a dialogar com aqueles que vivem a tragédia da insegurança habitacional?

O núcleo do governo demonstra que a pauta da habitação não é prioridade

A ausência de Ivatan não foi apenas pessoal; ela representou a própria postura do governo municipal frente à crise habitacional. Estiveram presentes representantes da Fazenda, da Segurança Pública e até da Procuradoria, Todos por meio de assessores, não secretários. A exceção foi Alex Thomazi, da Assistência Social, que assumiu sozinho o peso de dialogar com a população. Isso reforça a percepção de que, no núcleo do governo, a pauta da habitação não é prioridade.

Enquanto isso, os relatos no plenário foram duros. Famílias que vivem em ocupações narraram o medo diário de verem suas casas demolidas, a ausência de serviços



básicos como água e luz, e a constante incerteza sobre o futuro. Esse cenário revela uma cidade que, apesar de movimentar bilhões com o turismo, ainda não conseguiu resolver a contradição mais gritante que é a existência de centenas de famílias sem teto ou vivendo em condições precárias.

Falta de planejamento

A fuga do presidente do FozHabita também escancara a falta de planejamento. As lideranças comunitárias cobraram um cronograma de regularização fundiária, algo que poderia ao menos apontar uma luz no fim do túnel. Mas nada foi apresentado. Nada foi prometido. Nada foi sequer esboçado. Como disse uma representante da comunidade: "Viemos em busca de respostas e encontramos o silêncio. Pelo jeito vamos ter que ir com o povo em frente ao FozHabita para sermos ouvidos."

A frase é reveladora. Quando o poder público se

recusa a dialogar, a pressão popular se desloca para as ruas. O risco disso é transformar um debate institucional em conflito social. Famílias que já sofrem com despejos podem acabar sendo criminalizadas por reivindicar aquilo que deveria ser garantido pela Constituição: o direito à moradia digna.

Mais grave ainda é que, até o fechamento da matéria sobre a audiência, nem Ivatan nem o FozHabita emitiram qualquer explicação. O silêncio, nesse caso, não é apenas ausência; é também indiferença. E indiferença, na gestão pública, custa caro: custa a dignidade das famílias, custa a credibilidade das instituições e mina a confiança da sociedade na própria ideia de democracia participativa.

O episódio precisa ser lido para além da frustração momentânea. Ele revela uma lógica perversa que se repete em Foz do Iguaçu: discursos de planejamento urbano modernos e estratégias de ma-

rketing político convivem com a omissão diante dos problemas reais. A cidade é promovida como polo turístico, referência internacional, mas não consegue oferecer respostas mínimas para os seus próprios moradores mais vulneráveis.

A audiência que deveria servir de espaço para avançar no diálogo sobre moradia se transformou em retrato do retrocesso democrático: quando o representante máximo do tema se cala, o que sobra é o eco da insatisfação popular. Foz do Iguaçu não precisa de gestores que fujam de debates; precisa de lideranças que assumam responsabilidades, que olhem nos olhos do povo e tenham coragem de enfrentar problemas complexos.

A crise habitacional não será resolvida com promessas vazias, muito menos com ausências estratégicas. O mínimo que a população espera é respeito. E respeito, nesse caso, começa pelo ato mais simples de todos: estar presente.

Vereadora Valentina defende direito à moradia em audiência com ocupações em Foz do Iguaçu

Parlamentar reuniu centenas de famílias no plenário e denunciou despejos sem alternativas habitacionais

Da assessoria

Foto: Reprodução

A vereadora Valentina Rocha (PT) transformou o plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em palco da luta por moradia na última quinta-feira (21). Diante de centenas de moradores de mais de dez ocupações da cidade, ela conduziu uma audiência pública que expôs a realidade de famílias ameaçadas por despejos e criticou a ausência de políticas municipais para enfrentar o déficit habitacional.

Entre os presentes estavam representantes das ocupações Lagoa Dourada, Lagoa Azul, Pilarzinho, Unila, Vila Resistência II, Vila União e Paz, Bosque Bubas e várias outras. O espaço, conhecido como a Casa do Povo, foi tomado por trabalhadores, mães, idosos e crianças que relataram o cotidiano marcado pela insegurança, pela instabilidade e pela falta de resposta do poder público. Muitos afirmaram que vivem em condições precárias, em terrenos ocupados por necessidade, e não por escolha, como resultado de anos de ausência de alternativas de moradia popular.

Para Valentina, o encontro foi mais do que um ato formal da Câmara. "Foi um exercício de luta coletiva, um grito por clemência, um ato de coragem. Quem esteve no



plenário se emocionou com a realidade do povo de Foz, que sente na pele os efeitos de uma especulação desleal, injusta e predatória", afirmou a parlamentar.

Ela denunciou a postura da gestão municipal, que segundo disse, tem priorizado a derrubada de casas e a execução de despejos sem oferecer alternativas dignas às famílias. "Nosso mandato está comprometido em ampliar o debate de forma participativa e construída por quem conhece a realidade das ocupações. Fingir que elas não existem não é uma opção", afirmou.

Em sua fala, Valentina destacou que muitas famílias aguardam solução há décadas. "Há pessoas que estão há 10, 15, até 20 anos em cadastros que não resultam em nada. Em vez de mora-

dia, recebem ações judiciais que empurram mães, crianças e idosos para as ruas. Essa não pode ser a resposta de uma cidade que está entre os principais destinos turísticos do país", disse. Para a vereadora, há um contraste entre a imagem de Foz como polo turístico internacional e a invisibilidade das famílias que vivem sob constante ameaça de despejo.

A parlamentar lembrou ainda que a situação de Foz do Iguaçu não é isolada. Em várias cidades do Paraná, ocupações urbanas enfrentam dilemas semelhantes: despejos forçados sem alternativa habitacional, ausência de planejamento urbano e avanço da especulação imobiliária. "É o retrato de um modelo que coloca os interesses do mercado acima das pessoas", avaliou. Segundo



ela, o desafio vai além da esfera local, exigindo políticas consistentes em nível estadual e nacional.

Nesse ponto, Valentina comparou a realidade local ao movimento adotado pelo governo federal. Desde 2023, o programa Minha Casa, Minha Vida retomou a contratação de unidades habitacionais, com mais de 200 mil novas moradias em todo o país, inclusive no Paraná. Em várias cidades do estado, canteiros de obras foram reativados, reacendendo a esperança de famílias em conseguir um lar. Para a vereadora, esse esforço mostra que "há outro caminho possível, que não passa pelo despejo, mas pela construção coletiva de soluções que devolvam dignidade às famílias".

A parlamentar também destacou a responsabilidade

de Foz do Iguaçu em seguir esse exemplo, por ser uma cidade que cresce rapidamente e enfrenta forte pressão imobiliária. "Precisamos construir um futuro em que nenhuma família durma com medo de ser despejada. Onde morar não seja privilégio, mas um direito assegurado. Fingir que essas famílias não existem nunca foi solução", declarou.

Encerrando a audiência, Valentina reafirmou o compromisso de seguir ao lado das comunidades, reforçando que a mobilização popular será fundamental para mudar o cenário. "Moradia digna é um direito. Não abriremos mão dele. Seguiremos juntos, resistindo e lutando até que cada pessoa em Foz, no Paraná e no Brasil possa ter seu lar respeitado e sua dignidade assegurada."

Fidelidade partidária bota cabresto nos vereadores de Foz

Resolução Nacional exige alinhamento, mas bastidores revelam alianças paralelas

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A política brasileira sempre viveu uma tensão permanente entre duas forças: de um lado, a disciplina partidária, vendida como um pilar da democracia representativa; do outro, os arranjos de bastidores, acordos pragmáticos e a famosa "infidelidade útil", onde parlamentares negociam apoios conforme a conveniência eleitoral ou pessoal.

Em Foz do Iguaçu, essa tensão ganhou novos contornos após a publicação da Resolução Administrativa nº 10/2025 do Diretório Nacional do Partido Liberal (PL). O documento, em tom quase militar, determinou: fidelidade absoluta ao partido, sem concessões, sem meias palavras, sem desvios. Uma ordem seca e direta "ou está conosco, ou está fora".

O problema é que a política local raramente obedece a tais decretos. No município, os cinco vereadores do PL parecem mais inclinados a praticar a chamada "dupla militância emocional", aquela em que o coração e os interesses já pertencem a outros grupos políticos, mesmo que o crachá ainda exiba as letras PL. E aqui reside o dilema: até onde vai a disciplina partidária quando os bastidores oferecem mais dividendos que a obediência ao diretório nacional?

O cabresto e a realidade

A resolução não deixa dúvidas: quem se atrever a apoiar candidatos de outras legendas, seja clara ou veladamente, estará sujeito a punições que vão de advertência à expulsão. O texto soa como um cabresto jurídico, amarrando os eleitos à estrutura partidária em nome de uma coerência muitas vezes mais formal do que real. A justificativa é simples: o PL gastou pesado nas eleições de 2024, usando recursos do fundo eleitoral para montar uma chapa competitiva em Foz. Assim, exigir disciplina seria uma forma de proteger o investimento político e financeiro.

Mas a lógica do diretório nacional encontra resistência na prática iguaçuense. A Câmara Municipal de Foz é um caldeirão de vaidades, interesses pessoais e microalianças. E, ao contrário do que pensa a cú-

pula do PL, a política não é feita apenas de estatutos, mas de sobrevivência.

Movimentos

Esses movimentos não são meros cochichos de corredor: eles revelam que os vereadores de Foz vivem em múltiplos mundos, transitando entre legendas, interesses e padrinhos políticos, como quem troca de gravata conforme a ocasião.

O peso das sanções

No papel, as sanções previstas são duras. Advertência, suspensão, perda de cargos em comissões, expulsão e, em casos extremos, até a perda do mandato por infidelidade partidária. A ameaça é real, mas resta a pergunta: o PL teria coragem de aplicar punições exemplares em Foz do Iguaçu? Ou prefere fingir que não vê, para não abrir rachaduras maiores dentro da própria base?

Expulsar vereadores eleitos sob a legenda seria, em certo sentido, admitir que o partido fracassou em manter a coesão. Por outro lado, não punir seria assinar embaixo do oportunismo político e decretar a falência da tal "disciplina interna". Eis o impasse.

O risco da fragmentação

Em meio a esse cenário, figuras históricas como o deputado federal Fernando Giacobbo (PL) podem sair enfraquecidas. Afinal, como liderar uma tropa que não atende ordens? A fragmentação interna ameaça também novos projetos, como o nome de Deoclécio Duarte, apontado como pré-candidato a deputado estadual pelo PL. Se a base municipal estiver dividida, a candidatura pode naufragar antes mesmo de zarpar.

O risco maior, porém, não é apenas eleitoral. É simbólico. A resolução que deveria unir o partido pode se transformar em catalisador de disputas internas, gerando ressentimentos e até mesmo estimulando migrações partidárias no futuro. O efeito pode ser o inverso: ao tentar amarrar os vereadores ao cabresto, a direção nacional pode empurrá-los de vez para os braços de outras legendas.



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 010/2025
PARTIDO LIBERAL - PL
COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Estabelece normas e diretrizes para os detentores de mandato eletivo eleitos pelo Partido Liberal, em todo território nacional e, disciplina o estrito cumprimento das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo órgão de execução em nível nacional do Partido Liberal.

CONSIDERANDO os termos do disposto no artigo 3º, da Lei nº 9096/95;

CONSIDERANDO a competência da Comissão Executiva Nacional do Partido Liberal para deliberar, disciplinar e estabelecer normas e diretrizes sobre matérias de interesse do partido, usando de suas atribuições que lhe conferem os artigos 24, 27 e 49 do Estatuto Partidário;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45, 46, 47 e 48, do Estatuto Partidário;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 4º, 6º, 7º, 8º 9º e 10, do Código de Ética do Partido Liberal.

A Comissão Executiva Nacional do Partido Liberal, usando de suas atribuições que lhe confere os artigos 24, 27 e 49 do Estatuto Partidário, **resolve**:

Art. 1º - Fica vedado a todos os detentores de mandato eletivo, eleitos pelo Partido Liberal, em todo território nacional, manifestação pública de apoio em todas as suas formas, a pré-candidatos(as) de outras agremiações partidárias.

Art. 2º - Nos termos do artigo 48, § 10, inciso III, do Estatuto do Partido Liberal, estará sujeito às medidas disciplinares previstas no Código de Ética partidário, os detentores de mandato eletivo, eleitos pelo Partido Liberal, que apoiar, clara ou veladamente, pré-candidato(a) de outra legenda partidária.

Parágrafo Único - O detentor de mandato eletivo filiado ao Partido Liberal que declarar ou apoiar, de forma direta ou indireta, pré-candidatos (as) ou candidatos (as) de outras legendas, poderá ficar impedido de receber recursos do Fundo Partidário ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, por deliberação exclusiva da Comissão Executiva Nacional do Partido Liberal, para sua campanha eleitoral ou aporte financeiro, seja a que título for, além de sujeitar-se às penalidades previstas no Código de Ética, ou ainda, de outras que vierem a ser estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional do Partido Liberal.

Art. 3º - A Comissão Executiva Nacional do Partido Liberal poderá, a qualquer tempo, no interesse partidário e nos termos do Estatuto partidário e desta Resolução, assim como na legislação vigente que rege a matéria, intervir e/ou promover a dissolução de Comissões Executivas Estaduais e Municipais, podendo ainda, revogar Resoluções, cancelar candidaturas, e, anular Convenções Eleitorais, que contrariem as diretrizes estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 4º - O objeto da presente Resolução, traduz-se em diretriz da linha de atuação político-partidária fixada pelo Órgão de Execução Nacional do Partido Liberal, no interesse partidário e, com fundamento nas diretrizes legitimamente estabelecidas, devendo ser observados os artigos supracitados pelos detentores de mandato eletivo, eleitos pelo Partido Liberal, sob pena, de não o fazendo, incorrerem os responsáveis no disposto nos artigos 45, 46, 47 e 48, do Estatuto Partidário c/c artigos 4º, 6º, 7º, 8º 9º e 10, do Código de Ética do Partido Liberal.

Art. 5º - Os casos omissos ou duvidosos, da presente Resolução, serão resolvidos pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 2025.

Valdemar Costa Neto
Presidente Nacional
Comissão Executiva Nacional
Partido Liberal - PL

Vereadores de Foz do Iguaçu vivem em múltiplos mundos



■ Cabo Cassol (PL)

■ Adriano Rorato (PL)

■ Paulo de Brito (PL)

■ Soldado Fruet (PL)

■ Bosco Foz (PL)

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

As fissuras internas

A lista de movimentações paralelas é reveladora:

■ **Cabo Cassol (PL)**, líder do prefeito na Câmara, já demonstrou proximidade com o deputado Sargento Fatur (PSD). Nada contra alianças estratégicas, mas, diante da nova resolução, esse flerte soa quase como adultério político.

■ **Adriano Rorato (PL)**, discreto, mas não menos estratégico, mantém pontes com os Vermelhos, pai e filho, do PP. Um movimento que mostra como o pragmatismo local costuma falar mais alto que qualquer estatuto.

■ **Paulo de Brito (PL)**, presidente da Câmara, é visto como um dos principais cabos

eleitorais do vice-prefeito Ricardinho (PSD). Se fidelidade fosse testada por detector de mentiras, o aparelho já teria explodido.

■ **Soldado Fruet (PL)**, ex-deputado estadual, aproxima-se da família Wandscher, distribuída entre PP e Solidariedade. Uma relação que sugere mais afinidade pessoal do que partidária.

■ **Bosco Foz (PL)**, líder dos que ficavam na frente do quartel pedindo intervenção militar, mantém diálogo aberto com Hussein Bakri (PSD), homem forte do governo Ratinho Jr. na Assembleia. É como se já estivesse ensaiando novos palcos.

O jogo de cena

O fato é que resoluções como a nº 10/2025 servem muito mais como peça de re-

tórica do que como instrumento prático de controle. Funcionam como um recado público: "olha, estamos de olho". Mas, na prática, todos sabem que o sistema político brasileiro foi construído sobre a arte da negociação. E, nesse tabuleiro, os vereadores de Foz são apenas jogadores habilidosos, tentando sobreviver e garantir espaços.

A fidelidade partidária, tão proclamada nos discursos, continua sendo relativa, quase uma fábula moral. Exige-se dos vereadores que sejam fiéis, mas na outra ponta os partidos, quando convém, fecham alianças improváveis, apoiam governos contraditórios e vendem cargos em nome da governabilidade. Quem, afinal, trai primeiro: o vereador que busca diálogo fora do partido, ou o partido que negocia com

adversários em nível nacional e estadual?

Entre a disciplina e o improviso

A resolução de cabresto do PL coloca os vereadores de Foz do Iguaçu diante de um dilema: obedecer à disciplina partidária, arriscando perder espaço local, ou seguir os movimentos de bastidor, arriscando a punição do partido. Nenhuma das escolhas é simples. No fundo, trata-se de uma disputa clássica entre teoria e prática.

Se a disciplina fosse realmente rígida, talvez tivéssemos partidos mais coesos e programas mais claros. Mas, na realidade brasileira, a infidelidade é quase um *modus operandi*. É parte do DNA político nacional. Em Foz, não é diferente.

Fidelidade seletiva

No fim das contas, a fidelidade partidária em Foz do Iguaçu parece ser menos uma questão de princípios e mais uma questão de conveniência. Os vereadores do PL já demonstraram que transitam em várias direções, e dificilmente uma resolução nacional será capaz de mudar esse cenário.

O cabresto pode até existir no papel, mas na prática o cavalo já está solto, correndo em múltiplos pastos. O desafio do PL será decidir se puxa as rédeas com força e arrisca a queda, ou se finge que não vê e deixa o animal seguir no improviso. Seja qual for a escolha, uma coisa é certa: a fidelidade partidária em Foz do Iguaçu continua sendo um mito, uma promessa que se dissolve na primeira esquina dos bastidores políticos.



BEM-VINDO AO MÊS DE SETEMBRO

AQUI NA NTEC, O MÊS
JÁ COMEÇOU COM
**MUITO CONTEÚDO E
INFORMAÇÃO ÚTIL**
PARA VOCÊ E O SEU
NEGÓCIO!

SIGA-NOS NO INSTAGRAM
@NTECCONTABILIDADE



FIQUE POR DENTRO DOS
**PRINCIPAIS ASSUNTOS
CONTÁBEIS DO MÊS!**

Onça-pintada é vista na ciclovia do Parque Nacional do Iguaçu

Onça-pintada é vista descansando na ciclovia do Parque Nacional do Iguaçu. Registro da fêmea Cacira reforça a importância do projeto de conservação da espécie

Da assessoria

Imagens: Nadir Ferreira Carvalho

A Ciclovia das Cataratas, novidade no Parque Nacional do Iguaçu, foi palco de uma cena rara e especial na noite da última quarta-feira (27). Uma onça-pintada apareceu descansando tranquilamente às margens do trajeto. O momento registrado pelo motorista, Nadir Ferreira de Carvalho mostra a fêmea Cacira, já registrada pelo Projeto Onças do Iguaçu, que é mãe da jovem Uyara.

A presença da espécie é motivo de comemoração. Isso, porque o Parque Nacional do Iguaçu mantém o Projeto Onças do Iguaçu, iniciativa dedicada à proteção e ao monitoramento da onça-pintada. A espécie ameaçada de extinção deu um salto de uma população efetiva estimada em 50 indivíduos em 2008 para mais de 80 atualmente. Dessa forma, os resultados mais recentes reforçam a recupera-



ção da população: o Censo Binacional de Onças-Pintadas (Brasil-Argentina). Logo, no levantamento realizado em 2024, aponta uma estimativa média de 84 indivíduos no Corredor Verde (entre 64 e 110 animais).

Convivência segura e respeitosa

Nesse sentido, com mais de

11 quilômetros de extensão, a nova ciclovia do Parque Nacional do Iguaçu oferece contato direto com a natureza e reforça a experiência de pedaladas em segurança. Mas, apesar de as onças viverem livres na floresta, elas evitam o contato humano e a chance de avistá-las é mínima.

Por isso, a equipe de conservação ressalta que em mais



de 86 anos de história do Parque Nacional do Iguaçu nunca houve acidentes com onças. Mesmo assim, a orientação é que visitantes pedalem com consciência, curtam o passeio e lembrem-se de que estão no lar da onça, um privilégio que merece respeito.

Em 2024, o Parque Nacional do Iguaçu, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com a concessionária Urbia Cataratas, anunciou um investimento significativo de R\$ 3,9 milhões ao longo de dois anos no Projeto Onças do Iguaçu. A iniciativa, dedicada à conservação e à manutenção da espécie na região do parque, reforça o compromisso coletivo com a preservação da bi-

odiversidade e o fortalecimento de um dos ícones da fauna brasileira.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

Patrimônio Mundial Natural, o Parque Nacional do Iguaçu é lar de uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza e referência internacional em turismo sustentável. A unidade de conservação federal é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com a visitação turística sob gestão da concessionária Urbia Cataratas S.A.

Mais informações:

cataratasdoiguacu.com.br
contato@catarataspni.com.br





NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

ESPORTE

Associação Atlética Guairacá celebra 80 anos com expansão de projetos sociais e conquistas esportivas

Entidade de Foz do Iguaçu reforça compromisso com inclusão, cidadania e formação de jovens por meio do esporte e da cultura

Da assessoria

Foto: Reprodução

A Associação Atlética Guairacá (AAG), uma das mais tradicionais entidades esportivas e sociais de Foz do Iguaçu, chegou em 2025 ao marco histórico de 80 anos de fundação. Criada em 1945, a associação se consolidou como referência regional ao unir esporte, educação e cidadania em um projeto comunitário que atravessa gerações. O aniversário, celebrado ao longo do ano, não marca apenas a longevidade da instituição, mas simboliza também a renovação do compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento humano.

Sem fins lucrativos, a AAG tem como missão oferecer oportunidades para crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. Por meio de projetos esportivos, culturais e educacionais, a entidade se tornou um espaço de acolhimento, aprendizado e transformação. Ao longo do biênio 2023-2024, a associação atendeu cerca de 260 alunos e atletas em atividades regulares. Entre os programas em destaque estão o "Esporte para Todos" e a Escolinha de Futebol, que integram

práticas esportivas a conteúdos pedagógicos voltados para a disciplina, a cooperação e a cidadania.

A metodologia aplicada pela AAG vai além do treinamento físico. As atividades são adaptadas às fases de desenvolvimento de cada faixa etária, envolvendo aspectos sociais, cognitivos, motores e emocionais. Essa abordagem integral busca não apenas formar atletas, mas principalmente cidadãos conscientes, preparados para os desafios da vida em comunidade.

Os resultados desse trabalho têm sido visíveis dentro e fora de campo. Em 2024, a equipe sub-11 da Guairacá conquistou o título da Copa Icaraíma, competição paranaense que reuniu times de diferentes municípios. Já em janeiro de 2025, o protagonismo se repetiu: o time sub-15 ergueu o troféu da Copa Internacional Águas Claras, em Goioerê, reforçando o potencial competitivo da instituição. Além das categorias de base, a associação mantém equipes femininas, grupos de veteranos e participa regularmente de campeonatos municipais, ampliando o alcance esportivo de sua atuação.

Mas a Guairacá não se resume ao futebol. A entidade vem diversificando suas iniciativas sociais, ampliando parcerias com escolas, universidades e organizações comunitárias. Oficinas culturais, cursos de formação complementar e palestras educativas fazem parte da programação, aproximando ainda mais a associação da comunidade iguaçuense. "Nosso objetivo é que cada criança e adolescente atendido encontre aqui um espaço de pertencimento, onde o esporte seja a porta de entrada para oportunidades maiores", destaca a atual diretoria.

Outro ponto de destaque na trajetória recente é a busca por sustentabilidade institucional. A AAG vem investindo em projetos que possibilitam captação de recursos por meio de editais públicos e privados, além de parcerias com empresas locais que reconhecem a importância do papel social da entidade. Essa estratégia garante a continuidade das atividades e fortalece a imagem da associação como patrimônio da cidade.

Os 80 anos da Associação Atlética Guairacá são celebrados em um momento de expansão. Mais do que vitórias



em campeonatos, a marca maior da instituição está na transformação de vidas. Centenas de jovens que passaram por suas escolinhas, desde a década de 1950, hoje recordam a entidade como espaço formador de valores e oportunidades. Em uma cidade multicultural como Foz do Iguaçu, a Guairacá reafirma sua missão de integração, inclusão e promoção da cidadania.

Com a celebração de oito décadas de atuação, a associação reforça que seu futuro seguirá vinculado ao desenvolvimento da comunidade. Novos projetos sociais estão em fase de elaboração, e a expectativa é ampliar o número de beneficiados já em 2026. Se o passado é marcado por tradição e conquistas, o presente aponta para inovação e expansão.

A Associação Atlética Guairacá chega aos 80 anos com a certeza de que o esporte pode ser muito mais do que competição: pode ser ferramenta de transformação social, de cidadania e de esperança para novas gerações de Foz do Iguaçu.



f Abilio Henrique Bottega
 @bottega_77
 Bottega77 @futebolista2
 Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
 críticas e elogios entre
 em contato
 abiliobottega@hotmail.com

ESPORTE

Ações sociais do Guairacá fortalecem laços com a comunidade



Mais do que uma referência esportiva em Foz do Iguaçu, a Associação Atlética Guairacá (AAG) tem se consolidado como um importante agente de transformação social. Ao longo de seus 80 anos de existência, a instituição não apenas coleciona títulos e conquistas nos campos e quadras, mas também multiplica iniciativas que fortalecem o vínculo com a comunidade iguaçuense.

Entre as ações realizadas estão a distribuição de cestas básicas, a entrega de ovos de Páscoa para crianças em situação de vulnerabilidade, festas juninas comunitárias e campanhas solidárias em diferentes épocas do ano. Essas atividades contam com a participação de colaboradores, voluntários e apoiadores que abraçam a causa e ajudam a transformar a realidade de centenas de famílias.

Atualmente, mais de 240 crianças e adolescentes participam diretamente dos programas da AAG. O trabalho é sustentado por uma equipe de aproximadamente 30 colaboradores e voluntários, que se dedicam à missão de usar o esporte e a cultura como ferramentas de cidadania. "A Guairacá é uma família que cresce a cada ano. Mais que títulos e vitórias, nosso maior legado é transformar vidas por meio da inclusão e da educação esportiva. O esporte é o caminho que abre portas e garante oportunidades", afirma o presidente da entidade, Cristiano Diba.

Para manter a continuidade de suas atividades, a associação mobiliza uma ampla rede de apoio, formada por órgãos públicos, doações de pessoas físicas e jurídicas, além de eventos beneficentes e campanhas de arrecadação. Esse modelo de sustentação tem permitido expandir o impacto social sem abrir mão da qualidade das iniciativas, sempre alinhadas ao propósito de promover o desenvolvimento humano.

Com oito décadas de história, a Guairacá reafirma seu compromisso de ser referência nacional na integração entre esporte e justiça social. Mais do que um clube, a instituição se consolida como um espaço de oportunidades, inclusão e esperança para as novas gerações.



Luana
 Policarpo

GERAL

EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DE FOZ

Fernando Duso do PT trabalha em Brasília com salário de R\$ 1.584,10 por mês

Ex-presidente da Câmara de Foz. De salários polpudos à sobrevivência em Brasília como estagiário de luxo

Enrique Alliana - Jornalista

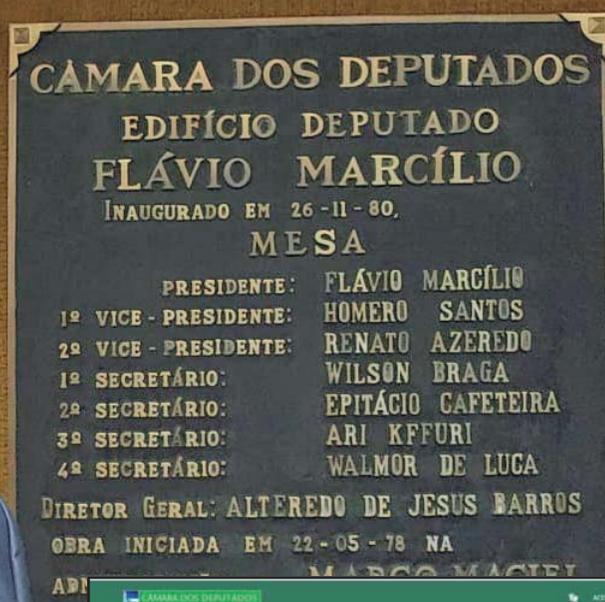
Foto: Reprodução

A política tem dessas coisas. Um dia você é presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, com salário de mais de R\$ 13 mil, com direito a motorista, assessores, com toda a pompa e circunstância. No outro, está em Brasília tentando sobreviver com R\$ 1.584,10 brutos, como se fosse um estagiário que mal consegue pagar a marmita do bandeirão. Essa é a crônica atual de Fernando Henrique Triches Duso, do PT, que já foi empresário de combustíveis, do agronegócio e figura graúda na política iguaçuense, mas que hoje parece mais um personagem perdido em um reality show chamado "Sobrevivendo em Brasília".

O roteiro tem pitadas de drama e ironia. Em dezembro de 2016, Fernando Duso encerrava seu mandato na presidência da Câmara com salário de R\$ 13.625,82. Uma cifra respeitável, compatível com o prestígio de quem já mandava e desmandava no Legislativo local. Mas o tempo é cruel. Depois de se afastar das empresas privadas, reapareceu em janeiro de 2025 como assessor do vereador Beni Rodrigues, faturando R\$ 11.191,36.

Nada mal. Porém, como em toda boa novela brasileira, veio a reviravolta. Em junho de 2025, foi exonerado.

Sem palco em Foz, Fernando Duso buscou luz em Brasília, a capital que adora reciclar políticos de carreiras interrompidas. Nomeado em 9 de junho de 2025, como Se-



cretário Parlamentar (SP03) do deputado Zeca Dirceu, passou a viver a dura realidade do salário-base de R\$ 1.584,10. Menos do que muita diarista em Foz do Iguaçu consegue tirar no mês. Para completar a ironia, ainda sofre desconto previdenciário de R\$ 119,79. Sim, até no contracheque a política brasileira não perdoa.

É verdade, mas há um auxílio de R\$ 1.784,42 que dá uma sobrevida, totalizando R\$ 3.368,52. Mas convenhamos, para os padrões de Brasília, esse valor não paga nem um quitinete em bairro afastado com internet decente. Quem já foi "rei" em Foz, agora precisa calcular se compra pão francês ou economiza para o aluguel.

A cena é tão surreal que parece metáfora da política. Ontem, Fernando Duso desfilava como presidente da Câmara; hoje, corre o risco de dividir apartamento funcional com outros assessores para não estourar o orçamento. É o que se poderia chamar de "rebaixamento de série". Sai

da Série A da política local, com salários de craque, para a Série C dos bastidores de Brasília, onde o máximo que pode esperar é uma oportunidade de ser lembrado no banco de reservas.

A pergunta que paira no ar é. Qual a lógica de aceitar tamanho "rebaixamento"? Seria apenas teimosia política, sobrevivência estratégica ou esperança de que o sofrimento seja temporário até aparecer um cargo mais rentável? Em Brasília, todos sabem: ninguém aceita um cargo pequeno sem mirar um maior.

Enquanto isso, fica a ironia: Fernando Duso, que já maneja cifras respeitáveis, hoje precisa sobreviver com o mesmo salário de um jovem recém-formado em estágio probatório. A diferença é que, ao contrário dos jovens, ele já experimentou o gosto do poder e agora precisa conviver com a lembrança amarga do passado.

Talvez seja esse o verda-

CAMARA DOS DEPUTADOS																																											
EDIFÍCIO DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO																																											
INAUGURADO EM 26-11-80.																																											
MESA																																											
PRESIDENTE:	FLÁVIO MARCÍLIO																																										
1º VICE - PRESIDENTE:	HOMERO SANTOS																																										
2º VICE - PRESIDENTE:	RENATO AZEREDO																																										
1º SECRETÁRIO:	WILSON BRAGA																																										
2º SECRETÁRIO:	EPITÁCIO CAFETEIRA																																										
3º SECRETÁRIO:	ARI KFFURI																																										
4º SECRETÁRIO:	WALMOR DE LUCA																																										
DIRETOR GERAL: ALTEREDO DE JESUS BARROS																																											
OBRA INICIADA EM 22-05-78 NA																																											
ADJ. MARCO MAGIÉ																																											
<p>Assuntos: Institucional / Deputados / Atividade Legislativa / Comunicação / Transparência e prestação de contas</p> <p>082025 - FOLHA NORMAL</p> <p>Categoria funcional: SECRETÁRIO PARLAMENTAR Carga: Secretário Parlamentar Data de exercício: 09/06/2025 Função/cargo em comissão: SP03</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Valor R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">1 - Remuneração Básica</td> </tr> <tr> <td>a - Remuneração Fixa</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>b - Vantagens de Natureza Pessoal</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td colspan="2">2 - Remuneração Eventual/Provisória</td> </tr> <tr> <td>a - Função ou Cargo em Comissão</td> <td>1.584,10</td> </tr> <tr> <td>b - Gratificação Natalina</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>c - Férias (1/3 Constitucional)</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>d - Outras Remunerações Eventuais/Provisórias(*)</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td colspan="2">3 - Abono Permanência</td> </tr> <tr> <td>a - Abono Permanência</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td colspan="2">4 - Descontos Obrigatórios(-)</td> </tr> <tr> <td>a - Redutor Constitucional</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>b - Contribuição Previdenciária</td> <td>-119,79</td> </tr> <tr> <td>c - Imposto de Renda</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td colspan="2">5 - Remuneração após Descontos Obrigatórios</td> </tr> <tr> <td>a - Remuneração após Descontos Obrigatórios</td> <td>1.464,31</td> </tr> <tr> <td colspan="2">6 - Outros</td> </tr> <tr> <td>a - Diárias</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>b - Auxílios</td> <td>1.784,42</td> </tr> <tr> <td>c - Vantagens Indenizatórias</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição	Valor R\$	1 - Remuneração Básica		a - Remuneração Fixa	0	b - Vantagens de Natureza Pessoal	0	2 - Remuneração Eventual/Provisória		a - Função ou Cargo em Comissão	1.584,10	b - Gratificação Natalina	0	c - Férias (1/3 Constitucional)	0	d - Outras Remunerações Eventuais/Provisórias(*)	0	3 - Abono Permanência		a - Abono Permanência	0	4 - Descontos Obrigatórios(-)		a - Redutor Constitucional	0	b - Contribuição Previdenciária	-119,79	c - Imposto de Renda	0	5 - Remuneração após Descontos Obrigatórios		a - Remuneração após Descontos Obrigatórios	1.464,31	6 - Outros		a - Diárias	0	b - Auxílios	1.784,42	c - Vantagens Indenizatórias	0
Descrição	Valor R\$																																										
1 - Remuneração Básica																																											
a - Remuneração Fixa	0																																										
b - Vantagens de Natureza Pessoal	0																																										
2 - Remuneração Eventual/Provisória																																											
a - Função ou Cargo em Comissão	1.584,10																																										
b - Gratificação Natalina	0																																										
c - Férias (1/3 Constitucional)	0																																										
d - Outras Remunerações Eventuais/Provisórias(*)	0																																										
3 - Abono Permanência																																											
a - Abono Permanência	0																																										
4 - Descontos Obrigatórios(-)																																											
a - Redutor Constitucional	0																																										
b - Contribuição Previdenciária	-119,79																																										
c - Imposto de Renda	0																																										
5 - Remuneração após Descontos Obrigatórios																																											
a - Remuneração após Descontos Obrigatórios	1.464,31																																										
6 - Outros																																											
a - Diárias	0																																										
b - Auxílios	1.784,42																																										
c - Vantagens Indenizatórias	0																																										

deiro castigo político: não o esquecimento, mas a sobrevivência em câmera lenta,

num cargo de consolação, assistindo de longe o jogo que um dia já foi seu.